



DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA

EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 96907 de 22/03/2013
Edição Eletrônica nº 19540



Código de Verificação



Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

TECONNAVE – Terminal de Containeres de Navegantes S/A

CNPJ 06.045.903/0001-75

NIRE: 42300030881

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezado Senhores,

A administração da TECONNAVE – Terminal de Containeres de Navegantes S/A (Companhia), por entender que a Companhia é um agente de transformação do meio a qual esta inserida, e por este motivo, deve prestar informações sobre suas atividades, vem submeter à disposição da sociedade em geral às Demonstrações Financeiras com as respectivas Notas Explicativas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, comparativo com 2011.

Informamos ainda que o parecer da auditoria sobre as Demonstrações Financeiras, esta disposto na "Controladora" - PORTONAVE S/A – TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES, de forma consolidada, pela Companhia ser uma subsidiária integral da mesma.

Navegantes, 25 de fevereiro de 2013.

A Direção

BALANÇO PATRIMONIAL – 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
			Reapresentado
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.470	1.543
Contas a receber	6	982	577
Contas a receber - Partes Relacionadas	8	81	-
Outros créditos	7	54	33
Total do ativo circulante		2.587	2.153
Não circulante			
Contas a receber - Partes Relacionadas	8	22.669	29.277
Total do ativo não circulante		22.669	29.277
Total do ativo		25.256	31.430

PASSIVO	Nota Explicativa	31/12/2012	31/12/2011
			Reapresentado
Circulante			
Fornecedores	9	28	28
Obrigações sociais e trabalhistas		912	691
Obrigações fiscais	10	1.435	977
Adiantamento de clientes		111	44
Partes relacionadas	8	700	700
Total do passivo circulante		3.186	2.440
Não circulante			
Outras obrigações		84	-
Total do passivo não circulante		84	-
Patrimônio líquido			
Capital social	11	500	500
Reserva Legal		100	100
Lucros a destinar/(Prejuízos acumulados)		21.386	28.390
Total do patrimônio líquido		21.986	28.990
Total do passivo e patrimônio líquido		25.256	31.430

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	Nota Explicativa	2012	2011
			Reapresentado
Receita operacional			
Operações com cargas próprias		39.298	44.398
Operações com cargas de terceiros		1.307	184
		40.605	44.582
Receita operacional líquida	12		
Custos serviços prestados/mercadorias vendidas			
Custos dos serviços prestados		(8.400)	(6.300)
Custo com pessoal		(2.309)	(1.994)
		(10.709)	(8.294)
Lucro (prejuízo) bruto		29.896	36.288
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(382)	(330)
Remuneração dos administradores		(618)	(411)
Despesas com pessoal		(2.840)	(1.866)
		(2.824)	(2.607)
Lucro/ (prejuízo) operacional		26.072	33.681
Resultado financeiro			
Receitas financeiras		16	8
Despesas financeiras		(38)	(46)
		(22)	(38)
Lucro (prejuízo) antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		26.050	33.643
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes		(4.664)	(5.125)
		(4.664)	(5.125)
Lucro (prejuízo) líquido do período		21.386	28.518
Quantidade de ações (lote de mil)		500	500
Lucro líquido (prejuízo), básico e diluído, por lote de mil ações, em reais		42,77	57,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucros	Lucros a Destinar	Patrimônio líquido
	Saldos em 31 de dezembro de 2009	1	-	-	(26)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-
Lucro do exercício	-	-	-	(2)	(2)
Dividendos opropostos pela administração	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	1	-	-	(28)	(27)
Aumento de capital	499	-	-	-	499
Lucro líquido do exercício	-	-	-	28.518	28.518
Constituição da reserva legal	-	100	-	(100)	-
Dividendos propostos pela administração	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011 (reapresentado)	500	100	-	28.390	28.990
Lucro líquido do exercício	-	-	-	21.386	21.386
Dividendos propostos pela administração	-	-	-	(28.390)	(28.390)
Constituição da reserva de lucros	-	-	21.386	(21.386)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	500	100	21.386	-	21.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	31/12/2012	31/12/2011
		Reapresentado
Lucro líquido (prejuízo) do período	21.386	28.518
(Aumento) diminuição dos ativos		
Apropriação de receitas diferidas	84	-
Contas a receber de clientes	(486)	(577)
Contas a receber empresas ligadas, operações não comerciais	6.608	(29.277)
Despesas do exercício seguinte e outros valores a receber	1	(33)
Aumento (diminuição) dos passivos		
Fornecedores	(22)	27
Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	-	700
Obrigações sociais e trabalhistas	371	691
Impostos, taxas e contribuições	459	977
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	66	45
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	28.467	1.071

(continua na página seguinte)

TECONNAVE – Terminal de Containeres de Navegantes S/A

CNPJ 06.045.903/0001-75

NIRE: 42300030881

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (continuação)

	31/12/2012	31/12/2011
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(28.540)	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	-	472
Disponibilidades líquidas geradas (aplicadas) nas atividades de financiamento	(28.540)	472
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(73)	1.543
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	1.543	1
No fim do exercício	1.470	1.544
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(73)	1.543

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares de reais)

	31/12/2012	31/12/2011
RECEITAS	43.045	47.252
Vendas de serviços	43.045	47.252
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(8.747)	(6.608)
Custos dos serviços prestados	(8.400)	(6.302)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(347)	(306)
Outras custos operacionais	-	-
VALOR ADICIONADO BRUTO	34.298	40.644
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	34.298	40.644
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	16	8
Resultado de equivalência patrimonial		
Receitas financeiras	16	8
Imposto de renda e Contribuição social diferidos	-	-
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	34.314	40.652
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	34.314	40.652
Pessoal e encargos	4.868	3.523
Remuneração direta	3.528	2.869
Benefícios	1.060	434
F.G.T.S	280	220
Impostos, taxas e contribuições	7.998	8.544
Federais	1.134	7.597
Estaduais	-	-
Municipais	864	947
Remuneração do capital de terceiros	62	67
Aluguéis	24	21
Outros	38	46
Lucro (Prejuízo) do exercício	21.386	28.518

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE A COMPANHIA

Em 05 de dezembro de 2003, foi constituída a **TECONNAVE – Terminal de Containeres de Navegantes S/A**, com sede à Avenida Portuária Vicente Coelho, nº 55, Térreo, Centro, Navegantes/SC, tem por principais objetivos sociais: a) exploração, operação e administração de serviços portuários; b) participação como sócia, acionista ou quotista, em outras sociedades. A Companhia é subsidiária integral da **PORTONAVE S/A - Terminais Portuários de Navegantes, "Controladora"**.

A emissão das demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, comparativo 2011, foi autorizada pela Controladora em 09 de janeiro de 2013.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no

juízo da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado; o imposto de renda e contribuição social diferidos; a provisão para contingências; a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros; e as estimativas para divulgação do quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente em linha com as disposições de sua Controladora.

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

2.1 Base de apresentação das demonstrações contábeis

Base de consolidação

O exercício social da Companhia é coincidente com o da Controladora e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

2.2 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e da Controladora.

Transações e saldos

Quando existem, as transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo que, todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.3 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços

A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres em retro área do terminal portuário. Quando o resultado da movimentação e outras prestações não puderem ser medidos de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.4 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.
- O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas de mercadorias e de prestação de serviços estão sujeitas aos seguintes

impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 0,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 3 %
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 2%

2.5 Instrumentos financeiros

(i) Ativos Financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis.

Os ativos financeiros da companhia são classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas

irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado e empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente de empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.7 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos

que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considerada equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equi-

valente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.10 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Abaixo destacamos as normas já emitidas e que entraram em vigor neste exercício, as quais não causaram impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo.

A seguir destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da Companhia:

- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda) – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Individuais (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 32 Clarifica as compensação de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º janeiro de 2014.
- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos - Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 – Esclarece e requer divulgações específicas relativas a investimentos em outras empresas.
- IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo- Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

TECONNAVE TERMINAIS DE CONTAINERES DE NAVEGANTES S/A

CNPJ 06.045.903/0001-75

NIRE: 42300030881

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas:

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não identificou nenhum assunto

que requeira a constituição provisões para temas tributários e não há atualmente auditorias por parte das autoridades fiscais em andamento. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuro.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Administração da Companhia em análise das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, tomadas em conjunto, identificou imperfeições, que podem individualmente influenciar as decisões econômicas de usuários, por ter impacto no resultado e no patrimônio da Companhia divulgado naquela data. As imperfeições foram originadas pelos seguintes fatos:

- Não reconhecimento, pela Companhia da provisão da remuneração variável (PLR) na referida competência, no montante de R\$ 150.

Todas as demonstrações financeiras foram devidamente reapresentadas, considerando o ajuste do montante.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Bancos e aplicações de liquidez imediata	<u>1.470</u>	<u>1.543</u>
	<u>1.470</u>	<u>1.543</u>

6. CONTAS A RECEBER

Consigna nesta rubrica os valores a receber de clientes relativo às atividades de prestação de serviços nas atividades de retroárea da companhia no montante de R\$ 982 (R\$ 577 em 31 de dezembro de 2011).

7. OUTROS CRÉDITOS

Registra nessa rubrica o montante de R\$ 54, referente a adiantamentos de natureza trabalhista efetuado para funcionários (R\$ 33 em 31 de dezembro de 2011).

8. PARTES RELACIONADAS

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Ativo Circulante		
Iceport – Terminal Frigorífico de Navegantes	81	-
Ativo não circulante		
Portonave S/A - antecipação de lucro	<u>22.669</u>	<u>29.427</u>
Total do ativo	<u>22.750</u>	<u>29.427</u>
Passivo Circulante		
Portonave S/A -locação de equipamentos	<u>700</u>	<u>700</u>
	<u>700</u>	<u>700</u>

9. FORNECEDORES

Registra o monta de R\$ 28, relativo a fornecimento de serviços e mercadorias para as atividades da Companhia (R\$ 28 em 31 de dezembro de 2011).

10. OBRIGAÇÕES FISCAIS

Consigna nesta rubrica valores relativos a impostos e taxas retidos pela Companhia, bem como os montantes relativos aos impostos incidentes sobre o faturamento e lucro, a saber:

	<u>31/12/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos retidos a recolher	47	39
Impostos sobre faturamento a recolher	226	151
Impostos sobre Lucro	1.162	787
	<u>1.435</u>	<u>977</u>

11. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro 2012, o capital social subscrito está composto por 500.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, pertencentes à Portonave S/A, e gravadas em favor do Banco Santander S/A.

12. RECEITA OPERACIONAL

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Operações com cargas de terceiros	41.652	47.057
Operações com cargas próprias	1.385	195
Total da Receita Bruta	<u>43.037</u>	<u>47.252</u>
Deduções da receita:		
Impostos federais	(1.571)	(1.725)
Impostos municipais	(861)	(945)
Total das deduções	<u>(2.432)</u>	<u>(2.670)</u>
Receita operacional líquida	<u>40.605</u>	<u>44.582</u>

Anderson da Silva Gomes
Diretor Financeiro

Edson Luiz Braun
Diretor Técnico

Anderson da Silva Gomes
Contador
CRC 1 PR – 049.702/O-4
CPF: 876.160.509-30